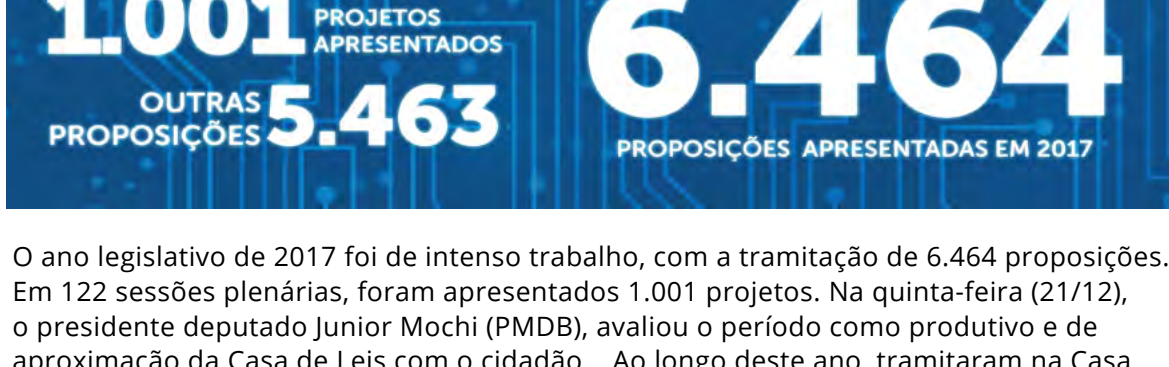
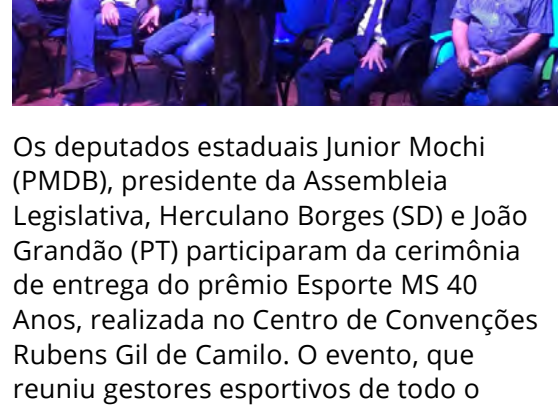


Balanço**Balanço de 2017 mostra trabalho, transparência e conectividade**

O ano legislativo de 2017 foi de intenso trabalho, com a tramitação de 6.464 proposições. Em 122 sessões plenárias, foram apresentados 1.001 projetos. Na quinta-feira (21/12), o presidente deputado Junior Mochi (PMDB), avaliou o período como produtivo e de aproximação da Casa de Leis com o cidadão. Ao longo deste ano, tramitaram na Casa de Leis 305 Projetos de Leis (PLs), 96 Projetos de Resoluções (PRs), 14 Projetos de Leis Complementares (PLCs), 21 Projetos de Decretos Legislativos (PDLs). [Leia mais.](#)

Retorno**Dep. Barbosinha retorna a ALMS depois de comandar a segurança pública do MS**

Após deixar o comando da Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), José Carlos Barbosa, o "Barbosinha", reassumiu o mandato na Assembleia, na última sessão do ano, quinta-feira (21/12). No Executivo durante um ano e oito meses, ele volta a Casa de Leis com a intenção de terminar o mandato. "Eu me coloco à disposição em ajudar nosso Estado. E retorno com o sentimento de dever cumprido na secretaria e agradeço o apoio de todos os policiais do Estado", considerou o parlamentar. [Leia mais.](#)

Prêmio**Solenidade: Esporte MS 40 anos teve a participação de deputados**

Os deputados estaduais Junior Mochi (PMDB), presidente da Assembleia Legislativa, Herculanu Borges (SD) e João Grandão (PT) participaram da cerimônia de entrega do prêmio Esporte MS 40 Anos, realizada no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo. O evento, que reuniu gestores esportivos de todo o Estado, foi promovido pela Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte) e também serviu para que os participantes pudessem discutir as ações desenvolvidas em 2017. [Leia mais.](#)

Arrecadação**Lei Orçamentária e PPA aprovados para 2018**

Aprovado em 1ª votação projeto do Poder Executivo que estima receita e fixa despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018. A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê arrecadação de arrecado o total de R\$ 14.497.314 bilhões. O destaque foi a Emenda Modificativa, assinada pelos 24 parlamentares, que acrescenta R\$ 7 milhões em recursos à dotação orçamentária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). [Leia mais.](#)

Esforço dobrado para apreciação de**35 projetos na ALMS**

Os deputados estaduais, em um esforço concentrado, analisaram todas as matérias antes do fim da terceira sessão legislativa da 10ª Legislatura. Ao todo, 35 projetos foram apreciados e aprovados na sessão de quarta-feira (20/12). Entre eles projeto que dispõe sobre a implementação de atividades com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar na rede Pública Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul. [Leia mais.](#)

ACOMPANHE A **AÇÃO PARLAMENTAR**  Clique **Aqui**

PLENÁRIO Semana de 18 a 22/12/2017**Projetos Apresentados**

Projeto de Lei nº 303/17, autoria do Poder Executivo, autoriza a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB-MS) a doar, com encargo, a beneficiários de Programa de Habitação de Interesse Social, imóveis de sua propriedade situado no Município de Dourados-MS, conforme específica, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 304/17, autoria do deputado Amarildo Cruz (PT), altera a redação do Inciso I do Artigo 2º da Lei nº 4.219, de 11 de julho de 2012, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 305/17, autoria do deputado Junior Mochi (PMDB), declara de Utilidade Pública Estadual a Loja Maçônica Portal do Sul, com sede e foro no município de Sonora/MS.

Projeto de Lei nº 307/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargo, ao Município de Maracaju-MS, o imóvel que especifica, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 308/17, autoria do deputado Amarildo Cruz (PT), institui a Política de Direito e Atendimento Integrado à Pessoa com Transtornos do Espectro Autista no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 309/17, autoria do deputado João Grandão (PT), declara de utilidade pública a associação dos pequenos produtores em regime familiar do assentamento serra município de Paranaíba/MS.

Projeto de Lei nº 311/17, autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a correção de distorção setorial na tabela de subsídio, constante do Anexo desta Lei, aos servidores da carreira de Delegado de Polícia integrante das categorias funcionais da Polícia Civil e do Grupo de Segurança.

Emenda Substitutiva Integral nº 1/17, autoria do deputado Coronel David (PSC), Emenda Substitutiva Integral ao PL 00284/2017, que institui, no âmbito da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN-MS), o Comando de Operações Penitenciárias (COPE), e dá outras providências.

Emenda Modificativa nº 1/17, autoria do deputado Professor Rinaldo (PSDB), modifica o art. 1º, do Projeto de Lei nº 252/2017, que passa a vigorar com a redação especificada para o art. 55-A e § 2º.

Emenda de Redação nº 1/17, autoria do deputado Amarildo Cruz (PT), ao Inciso II, do Artigo 2º da Lei nº 401, de 22 de novembro de 1983.

Projeto de Resolução nº 96/17, autoria do deputado Onevan de Matos (PSDB), concede o título de cidadão Sul-Mato-Grossense ao Senhor João de Deus Gomes de Souza.

Projetos Aprovados em Primeira Discussão

Projeto de Lei nº 162/17, autoria do deputado Paulo Corrêa (PR), suspende por prazo indeterminado a supressão vegetal por qualquer finalidade no perímetro do Parque dos Poderes.

Projetos Aprovados em Segunda Discussão

Projeto de Lei nº 171/17, autoria do Poder Executivo, dá nova redação ao parágrafo único do art. 6º da Lei nº 4.702, de 27 de julho de 2015, que institui a Identificação Visual do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e o logotipo dos órgãos do Poder Executivo Estadual.

Projeto de Lei nº 210/17, autoria do deputado Paulo Siufi (PMDB), institui como Padroeira do Estado de Mato Grosso do Sul, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 219/17, autoria do deputado João Grandão (PT), inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 04 de agosto de 2010, a FESTA DO LEITE DE CAARAPÓ/MS.

Projeto de Lei nº 232/17, autoria do Poder Executivo, aprova a segunda revisão do Plano Plurianual para o período de 2016/2019.

Projeto de Lei nº 233/17, autoria do Poder Executivo, estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018.

Projeto de Lei nº 252/17, autoria do Poder Executivo, acrescenta o art. 55-A na Lei n. 4.490, de 3 de abril de 2014, que dispõe sobre a reorganização da carreira Segurança Penitenciária, integrada por cargos efetivos do Grupo Segurança do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 259/17, autoria do Poder Executivo, aprova, a título de reajuste setorial, os índices da tabela de subsídios da carreira de Perito Oficial Forense (POC-300), integrante das **categorias funcionais do Grupo Polícia Civil**.

Projeto de Lei nº 260/17, autoria do deputado Amarildo Cruz (PT), institui o "Dia do Poeta e da Poesia no Estado de Mato Grosso do Sul", a ser incluído no Calendário Cívico e Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul.

Projeto de Lei nº 264/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação do caput do art. 1º e do art. 2º da Lei nº 4.827, de 10 de março de 2016, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos ao doador de medula óssea

Projeto de Lei nº 266/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação dos §§ 1º e 7º do art. 46 e do Anexo VI da Lei nº 4.490, de 3 de abril de 2014, que dispõe sobre a reorganização da carreira Segurança Penitenciária, integrada por cargos efetivos do Grupo Segurança do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo.

Projeto de Lei nº 272/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargo, ao Município de Campo Grande, os imóveis que especifica, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 273/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargos, ao Município de Terenos o imóvel que especifica, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 281/17, autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a reorganização da carreira Atividades de Apoio Fazendário, integrada por cargos efetivos do Grupo Gestão Governamental do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo; reestrutura o quadro de pessoal do apoio às atividades das unidades de administração fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 282/17, autoria do Poder Executivo, destina parte dos recursos do Fundo Especial de Reequipamento da Secretaria de Polícia de Justiça e Segurança Pública (FUNRESP-MS), ao aperfeiçoamento e à modernização da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 283/17, autoria do Poder Executivo, destina parte dos recursos do Fundo Especial de Reequipamento da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (FUNRESP-MS), ao aperfeiçoamento e à modernização da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 284/17, autoria do Poder Executivo, institui, no âmbito da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN-MS), o Comando de Operações Penitenciárias Especiais (COPE), e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 285/17, autoria do Poder Executivo, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.315, de 25 de outubro de 2001, que dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 286/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação do inciso I, das alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do caput, e do § 5º do art. 3º da Lei nº 2.256, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a Redução Ambiental, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 287/17, autoria do Poder Executivo, acrescenta dispositivos na Lei nº 2.105, de 30 de maio de 2000, que institui o Fundo de Investimentos Sociais e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 288/17, autoria do Poder Executivo, estabelece as diretrizes e as normas gerais sobre o acesso ao transporte escolar pelos alunos da Rede Estadual de Ensino, residente na zona rural, e institui o Programa Estadual de Transporte Escolar de Mato Grosso do Sul (PTE-MS).

Projeto de Lei nº 289/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de créditos, com a Caixa Econômica Federal (CEF), por meio da Linha de Financiamento Infraestrutura Urbana e Social (FINISA), e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 291/17, autoria do Poder Executivo, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 401, de 22 de novembro de 1983, e à Lei nº 2.387, de 26 de dezembro de 2001, nos termos que especifica.

Projeto de Lei nº 292/17, autoria do Poder Executivo, autoriza a Agência de habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB-MS) a doar imóveis de sua propriedade ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), representado pela Caixa Econômica Federal.

Projeto de Lei nº 293/17, autoria do Poder Executivo, estabelece a variação do índice de correção que será aplicado aos contratos e aos termos aditivos firmados pelos beneficiários de imóveis, pertencentes ou incorporados da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (AGEHAB), e define o limite máximo de prestações que poderão ser pactuadas nos atos contratuais para construção de novas moradias, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 294/17, autoria do Poder Executivo, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, à Lei nº 1.963, de 11 de junho de 1999, e à Lei nº 2.783, de 19 de dezembro de 2003.

Projeto de Lei nº 295/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação de dispositivos da Lei nº 2.330, de 4 de dezembro de 2001; da Lei nº 4.715, de 9 de setembro de 2015, e da Lei nº 4.857, de 6 de maio de 2016, para ampliar as políticas públicas de regularização, renegociação de dívidas e concessão de desconto em relação aos contratos de imóveis, pertencentes, incorporados ou administrados pela Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB-MS), no âmbito do Programa de Desfavelamento, do Programa de Recuperação de Créditos - Morar Legal e do Programa Morar Legal - Regularização, bem como dá outras providências.

Projeto de Lei nº 297/17, autoria do Poder Executivo, institui o Programa de Regularização de Débitos Tributários e Não Tributários com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Mato Grosso do Sul (PRD-MS), e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 298/17, autoria do Poder Executivo, acrescenta a alínea "d" ao inciso II do caput e altera a redação do § 4º do art. 8º da Lei nº 3.808, de 18 de dezembro de 2009.

Projeto de Lei nº 300/17, autoria do Tribunal de Justiça, altera dispositivos da Lei nº 2.020, de 08 de novembro de 1999.

Projeto de Lei nº 302/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação do inciso I do art. 5º e do inciso I do art. 16 da Lei nº 5.071, de 5 de outubro de 2017, que dispõe sobre formas excepcionais de pagamento de débitos para com a Fazenda Pública Estadual.

Projeto de Lei nº 303/17, autoria do Poder Executivo, autoriza a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB-MS) a doar, com encargo, a beneficiários de Programa de Habitação de Interesse Social, imóveis de sua propriedade situado no Município de Dourados-MS, conforme específica, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 307/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargo, ao Município de Maracaju-MS, o imóvel que especifica, e dá outras providências.

Projeto de Lei Complementar nº 13/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação do § 1º do art. 20-C e do inciso I do Caput do art. 20-D Lei Complementar nº 93, de 5 de dezembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR).

Projetos Aprovados em Redação Final

Projeto de Lei nº 233/17, autoria do Poder Executivo, estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018.

Projeto de Lei Complementar nº 12/17, autoria da Defensoria Pública, altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005, que organiza a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Projeto de Resolução nº 96/17, autoria do deputado Onevan de Matos (PSDB), concede o título de cidadão Sul-Mato-Grossense ao Senhor João de Deus Gomes de Souza.